ATA DE REUNIÃO DA COORDENAÇÃO NACIONAL DE PREPARAÇÃO DO II ENCONTRO NACIONAL DE FORUNS PERMANENTES DA SOCIEDADE CIVIL DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

Na data dos dias vinte e dois (22), vinte e três (23) e vinte e quatro (24) de março de dois mil e dez (2010), na cidade de Brasília, Brasil, realizou-se a primeira reunião da Coordenação Nacional de preparação do II Encontro Nacional de Fóruns Permanentes da Sociedade Civil de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, tendo como pauta os seguintes itens:

- 1- Informes sobre o PLANTAR Plano Piloto em implantação no município do Rio de Janeiro:
- 2- Informes sobre PNI demais Estados:
- 3- Avaliação do I Encontro Nacional e propostas;
- 4- Definição de critérios e data para II Encontro;
- 5- Elaboração do Regimento do II Encontro;
- 6- Estratégias de Divulgação do II Encontro;
- 7- Estratégias de incentivo à criação de novos fóruns, em especial nos Estados não representados;
- 8- Definição das atribuições de cada Fórum na Infra-estrutura do II Encontro;
- 9- Preparação da reunião com a SEDH;
- 10- Avaliação da reunião com o CNDI/SEDH;
- 11- Intercâmbio com demais movimentos;
- 12- Outros apoios potenciais;
- 13- Discussão sobre o Fundo Nacional;
- 14- Política de segurança da Lista de Discussão (ataques de vírus);
- 15- CONVENÇÃO ONÚ.

O encontro contou com a presença de:

Representando a Região Sudeste, Maria José Ponciano, titular do Fórum Permanente da Política Nacional e Estadual no Estado do Rio de Janeiro – Fórum PNEI/RJ; Delfina Maria Carvalho Simões e Jailton Thulher, titular e suplente respectivamente do Fórum Permanente da Política Municipal do Idoso da Cidade do Rio de Janeiro – Fórum PMI-RJ;

Representando a Região Norte, Terezinha Torres, titular do Fórum Metropolitano da Pessoa Idosa, do Estado do Pará;

Representando a Região Nordeste, Antonio Rubens Pompeu Braga, titular do Fórum Cearense da Política para o Idoso – FOCEPI, do Estado do Ceará; Milton Rodolfo e Belanísia Ribeiro, titular e suplente respectivamente, do Fórum Permanente de Defesa do Idoso, do Estado da Bahia;

Representando a Região Sul, José Araújo da Silva, suplente do Fórum Paranaense do Idoso do Estado do Paraná. Foi justificada a ausência do Professor Serafim Fortes Paz, do Fórum PNEI/RJ, de Vejuse Alencar de Oliveira do FOCEPI; do Pe. Aparecido Pinto do Fórum Paranaense do Idoso do Estado do Paraná; da Darcy Modesto do Fórum Permanente do Idoso do Estado do Amazonas e de Mariana Zilli Calabresi do Fórum Popular Permanente da Pessoa Idosa de Curitiba e Região Metropoliana - FPPPI do Estado do PARANÁ. Ressaltando que Edilmeri Sprada, suplente do FPPI chegou no dia 23.

No primeiro dia, 22 de março, cada representante relatou a experiência de seus fóruns, destacando os trabalhos realizados, as dificuldades e os seus desafios. Foi informado o andamento do Projeto PLANTAR no Rio de Janeiro, e também de sua chegada ao Estado da Bahia. Na oportunidade os representantes expuseram as

diversas experiências dos fóruns no sentido de promoção de debates e envio de Plataforma para os candidatos aos diversos cargos eletivos e da importância de que os demais fóruns multipliquem essas experiências. Na parte da tarde foi feita a preparação da reunião com a SEDH e CNDI, resultando no texto cujo teor vai transcrito abaixo:

"QUEM SOMOS:

Somos a Coordenação Nacional de Fóruns Permanentes da Sociedade Civil de Defesa de Direitos da Pessoa Idosa.

Nossa plataforma de ação está expressa na CARTA DO CEARÁ e nas Deliberações do lº Encontro Nacional, ocorrido em novembro de 2009, no estado do Ceará.

Estamos cumprindo nosso papel de sociedade civil amparados pela Constituição Federal, PNI, Estatuto do Idoso e II Conferência Mundial sobre Envelhecimento que garantem a PARTICIPAÇÃO SOCIAL e o exercício do CONTROLE SOCIAL.

As diretrizes da RENADI contemplam esses princípios quando atribuem à sociedade civil o monitoramento das políticas públicas através das metas e dos indicadores.

Estamos em processo de consolidação do movimento, construindo o II Encontro nacional e buscando articulação com os demais movimentos sociais.

O QUE QUEREMOS:

Nossos objetivos hoje aqui, enquanto sociedade civil é abrir um canal de diálogo com o poder público. 1- Fundamentamo-nos na legitimidade do acesso aos fundos públicos por parte dos movimentos sociais no processo de consolidação da democracia, no fato de estarmos dialogando com um governo que teve sua origem em movimentos sociais e com uma Secretaria dirigida pelo Ministro Vannuchi para solicitar apoio efetivo para a realização do II Encontro Nacional programado para os dias 24 a 26 de novembro de 2010 no SESC IPARANA, no Estado do Ceará. Nesse sentido nossa solicitação é garantir as passagens e hospedagens para os representantes da Coordenação Nacional, num total de 14 pessoas;

- 2 Ampliação dos editais e convênios direcionados para o segmento idoso da SEDH, que não tem estado compatível com o seu peso social e político. Ampliação da divulgação dos referidos editais para os fóruns e conselhos;
- 3 Qual o posicionamento da SEDH no que se refere ao déficit previdenciário considerando que a ANFIP nos seus estudos e publicações contestam esse déficit;
- 4 Qual a previsão de publicação das Deliberações da II Conferência;
- 5 III Conferência previsão do período de realização, local e tema;
- 6 Propomos a realização da RODA DE CONVERSA II como atividade da III Conferência dada sua importância para o fortalecimento do movimento, bem como um espaço oficial na conferência para tratar dos fóruns;
- 7 Sobre o Fundo Nacional, como estão sendo conduzidas as providências para sua implementação e como o Fórum, enquanto sociedade civil, participa dessa discussão;
- 8 Considerando a gravidade e desrespeito do Projeto de Lei 560/2010, que cria o Conselho Municipal do Rio de Janeiro e considerando tratar-se de uma preocupação de âmbito nacional tendo sua criação ter sido uma condição do projeto piloto PLANTAR, solicitamos se já há uma análise de seus artigos."

No segundo dia, 23 de março, os membros da Coordenação, agora composta pela representante do FPPI, Edilmeri Sprada, reuniram-se com os representantes da SEDH e do CNDI, na Esplanada dos Ministérios, Bloco "T", anexo II, sala 204-A, estando presente Perly Cipriano – Subsecretário Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, Lena Peres – Diretora do Departamento de Promoção dos Direitos Humanos, Roberto Loyola – Coordenador-Geral dos Direitos do Idoso, Dr. José Luiz Telles – Presidente do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso, e Eduardo Ramirez Meza, Coordenador-Geral da Secretaria Executiva do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso – CNDI. Como resposta às indagações da Coordenação tivemos as seguintes declarações: a III Conferência será realizada no ano de 2011, o tema poderá sair de uma consulta pública, havendo a proposta de registrar em lei a realização das conferências e sua periodicidades; tiveram alguns problemas técnicos para a publicação das deliberações da II conferência, ficando o compromisso de serem publicadas dentro de pouco tempo; houve o compromisso de estudar a proposta de realização da Roda de Conversa, como atividade paralela a

conferência, sendo também direcionada sua realização nas conferências Estaduais, dentro da proposta de conferências livres; o Fundo nacional necessita de regulamentação, que será feita ainda este ano e nesta gestão, e sairá das discussões com os Conselhos Estaduais, com a possível presença dos Fóruns, cabendo também o registro de apoio aos Fóruns; sobre os convênios, os editais estão direcionados para os núcleos de Estudo e pesquisa, e para o Centros de combate à violência, que são os focos de trabalho; o déficit da previdência necessita de discussão, sendo sugerido o ano eleitoral como possibilidade de visibilidade do assunto; foi firmado o compromisso de abertura de diálogo no processo de criação do Conselho Municipal do Idoso do Rio de Janeiro, após a análise do Projeto 560/2010 pela comissão de normas do CNDI. Sobre a solicitação de passagens e hospedagens para os membros da coordenação para viabilizar o II Encontro Nacional, foi sugerido que fosse redigido uma solicitação formal.

Às 14:30 do dia 23 de março, os membros da Coordenação fizeram uma avaliação da audiência ocorrida na parte da manhã. A avaliação foi positiva, e, embora não tivesse havido compromissos efetivos, a Coordenação havia conseguido marcar presença e mostrar o crescimento do movimento. Como encaminhamento, a Coordenação deveria redigir uma carta solicitando passagens e hospedagens e outra solicitando a realização da Roda de Conversa quando eleita a próxima gestão do CNDI.

A seguir, passou-se para o ponto de pauta de avaliação do I Encontro Nacional. Nas avaliações destacaram-se a referência à excelente infra-estrutura, o pouco tempo destinado à discussão.

Foi informado pelo representante do FOCEPI, Pompeu, que a data reservada para o II Encontro seriam os dias de 24 a 26 de novembro de 2010.

O tema de discussão "Definição de Critérios", foi subdividido em 11 itens:

- 1-Tema
- 2-Objetivos
- 3-Regimento Interno
- 4-Logotipo
- 5-Programação
- 6-Participantes
- 7-Inscrições
- 8-Hospedagens
- 9-Divulgação
- 10-Finanças e Infra-estrutura
- 11-Carta do Ceará.

Houve consenso de que as deliberações não sofreriam modificações até o Encontro. Iniciou-se a discussão com o tópico 4-Logotipo, tendo sido decidido manter-se o mesmo para o II Encontro.

Para definição do tópico 1-Tema, abriu-se inscrições, em que se discutiu que o Tema do Encontro deveria abordar o controle social, o papel dos fóruns e a questão do idoso. Foi definido e votado que o tema seria "ARTICULAÇÃO DOS FÓRUNS DO IDOSO E O CONTROLE SOCIAL".

Do tema proposto, surgem sub-temas inesgotáveis, dentre os quais foram destacados: "A sociedade civil é quem tem condições de exercer o controle social" e "De que forma a sociedade civil de grupos de idosos vai exercer o controle sobre a política do idoso?". Estes sub-temas seriam trabalhados posteriormente. A seguir,

partiu-se para a discussão dos desdobramentos do tema, para que se tornassem mais claros para a Coordenação o que pretendíamos com o tema escolhido, o que gerou os seguintes tópicos:

- 1-Preparar os participantes do Encontro Nacional para a sua função de despertar nos participantes dos respectivos fóruns estaduais e municipais a consciência da necessidade do exercício dessa função de controle social;
- 2-A articulação nacional de fóruns também representa um fortalecimento e encaminhamento das demandas que surgem nos respectivos fóruns estaduais e municipais;
- 3-Qual a importância dos fóruns se articularem com as entidades e as entidades se articularem com os fóruns;
- 4-Os objetivos do controle social são atingidos com as articulações dos fóruns.

A seguir, passou-se para a discussão do tópico 2-Objetivos, e chegou-se aos seguintes resultados:

OBJETIVOS

- 1-Proporcionar acesso a novos conhecimentos na perspectiva do Controle Social;
- 2-Discutir e traçar diretrizes sobre o processo de implementação de ações de Controle Social:
- 3-Discutir estratégias de articulação de Fóruns da sociedade civil do segmento Idoso;
- 4-Fortalecer os Fóruns da sociedade civil para o exercício do controle social;
- 5-Promover troca de experiências entre os Fóruns da sociedade civil:
- 6-Traçar diretrizes de ação para a coordenação de Fóruns da sociedade civil;
- 7-Incentivar a criação de Fóruns da sociedade civil.

A seguir, passou-se para o tópico 6-Participantes. Neste tópico, antecedeu uma discussão em que foi dado ênfase na revisão dos critérios de convidados e observadores utilizados no I Encontro e revisão do número de delegados/representantes. Houve discussão sobre se os delegados/representantes seriam tirados por fóruns ou por estado, tendo sido aprovado o critério de estado, por 4 votos a 3.

No que se refere aos convidados/observadores, foi definido que os convidados são competência da Coordenação e Observadores são tirados nos fóruns em conjunto com os delegados/representantes.

A seguir, foi votado o quantitativo de delegados e/ou participantes e observadores. Foi definido que haveria uma orientação de que os observadores fossem suplentes dos delegados/representantes.

Foi colocado em votação duas propostas:

- 1-5 delegados/representantes e 2 observadores e
- 2-6 delegados/representantes e 4 observadores.

Foi vitoriosa a proposta 2, de 6 delegados/representantes e 4 observadores.

A seguir, foi definido que a Coordenação teria o quantitativo de até 5 convidados nacionais. Esses convidados podem ser sugeridos pela Lista ou pelos Fóruns, mas teriam que ser aprovados pela Coordenação.

Foi definido que a Mesa de Abertura seria composta pela Coordenação dos Fóruns (cabendo a fala apenas a um), pelo Sesc Regional ou Nacional e um representante de movimentos sociais (de preferência nacional) a ser designado posteriormente. Foi definido, ainda, que os Estados que não inscreverem delegados/representantes, poderão ter indicados dois nomes oriundos da sociedade civil, que assumam o compromisso de articular a criação de fórum no respectivo estado.

Este participante não teria direito a voto, seria inscrito ao término da data das inscrições pela internet e seus nomes teriam que ser aprovado pela Coordenação. As inscrições deverão ocorrer de 1º de setembro até o dia 8 de novembro.

A seguir, passou-se para o tópico 5-Programação. Foi definido que a Coordenação chegaria 1 dia antes do início do evento (dia 23) e ficariam 1 dia depois (dia 27). A reunião da Coordenação ficou marcada para o dia 23 de novembro, no horário de 14 às 18 horas. E a reunião de avaliação seria feita na manhã do dia 27 para facilitar a viagem de volta

Foi definido que seria elaborado um Regimento Interno da Coordenação contendo os princípios que regem o Encontro Nacional, incorporando o papel dos fóruns e as definições já elaboradas do I Encontro até o momento.

Abaixo, a programação aprovada:

PROGRAMAÇÃO

Dia 24/11

- 1- Chegada dos Representantes
- 2- Entrega de Material
- 3- Mesa de Abertura:

Componentes da Mesa Abertura:

Coordenação dos 8 fóruns (com 1 fala a ser redigida e lida)

Representação do Sesc

1 Representação de referência de Movimentos Sociais

Obs.: Foi sugerido convite à Juíza Salete Maccalóz que cumpriria bem o papel.

Dia 25/11

8:30:

1- Dois palestrantes para desenvolver o tema do Encontro: ARTICULAÇÃO DOS FÓRUNS DO IDOSO E O CONTROLE SOCIAL

Debate

Lanche-

2- Apresentação das experiências dos Fóruns: 10 minutos por Estado.

Almoço-

14 horas:

- 3- Aprovação do Regimento Interno da Coordenação (contendo os princípios e regem o Encontro Nacional, incorporando o papel dos fóruns e as definições já elaboradas do I Encontro até o momento)

 (este regimento seria redigido pela atual coordenação para ser aprovado em
- (este regimento seria redigido pela atual coordenação para ser aprovado em plenário do II Encontro)
- 4- Discussão de um aspecto do TEMA. (a ser definido)
- 5- Organização, Estrutura de Funcionamento e Eleição da Nova Coordenação

Dia 26/11

8:30:

6- Continuação do ponto 5: - Organização, Estrutura de Funcionamento e Eleição da Nova Coordenação

12:00 - Encerramento

Passou-se a seguir para a discussão do tópico 10- Finanças e Infra-Estrutura. Sobre Infra-Estrutura, foi definido que cada Fórum se comprometeria com algum item. Foram listados os seguintes itens necessários:

O NÚMERO DE PARTICIPANTES ESPERADO É DE 300 PESSOAS.

	ITENS	FÓRUM	QUANTIDADE
1	PASTAS	FÓRUM PMI	300
2	CANETAS E BLOCOS	FPPPI	300
3	BANNER		
4	FAIXA DE MESA		
5	TRANSPORTE E TRASLADOS		
6	LANCHES, ÁGUA		
7	GUARDANAPOS E COPOS		
8	ARRANJO DE MESA		
9	SACOLAS		
10	SOM E DATA-SHOW		
11	COMPUTADORES		
12	CAMISETAS	(orçamentos)	
13	EVENTOS CULTURAIS		

Passou-se para a discussão do tópico 9-Divulgação.

Foi aprovado que a divulgação será feita através de uma nota em que deve conter:

- 1-Informar que o II Encontro está acontecendo;
- 2-O que é o Encontro e porque os idosos devem ser organizar através dos fóruns da sociedade civil:
- 3-Ressaltar o foco na sociedade civil e no controle social;
- 4-Incentivar a criação de novos fóruns;
- 5-Disponibilizar contato através da lista e do site para informações sobre modalidade de participação.

A divulgação deverá ser dirigida a sindicatos e instituições similares.

Foi definido que a Coordenação iria solicitar a listagem dos participantes do l Encontro ao FOCEPI.

A carta do Ceará e os demais tópicos não discutidos serão objeto da reunião de agosto no Rio de Janeiro.

Brasília, 24 de março de 2010